

DIRECTOR: RAUL RÊGO — REDACTORES: ALBERTO ARONS DE CARVALHO/ÁLVARO GUERRA/ÁLVARO TAVARES/ANTÓNIA DE SOUSA/ARTUR ALPEDRINHA/BÉLARD DA FONSECA/CARLOS SOARES/GREGO ESTEVES/HELENA MARQUES/JAIME GAMA/JOÃO GOMES/JORGE MORAIS/MANUEL ARONS DE CARVALHO/MANUEL GIRALDES/MARCELINO MESQUITA/NUNO COUTINHO/PAZ FERREIRA/PEDRO FOYOS/ROCHA VIEIRA/RUI CAMACHO/VASCO FERNANDES/VITOR DIREITO

# DINAMIZAR E INFORMAR NO RUMO DA REVOLUÇÃO

O Plano de Acção Política resultante da longa reunião do Conselho da Revolução e apresentado ao País pelo respectivo porta-voz, capitão Vasco Lourenço, no passado dia 21, foca os caminhos principais da Revolução em cinco longos capítulos, o último dos quais se refere a "Dinamização e Informação" — tema que não poderia evidente-

mente ser esquecido em tal documento e que, pelas suas implicações directas com a luta pela liberdade de expressão que vimos travando, não pode também deixar de ser referido neste jornal.

Começemos por transcrever na íntegra a parte do plano em que o M.F.A. traça as suas linhas de acção nesse campo fundamental da política interna:

5.1. Reconhece-se que a construção pretendida de uma sociedade socialista pela via pluralista definida, não poderá fazer-se sem uma mobilização e consciencialização de todo o povo português, que o leve a determinar-se positivamente na via de transição para o socialismo.

Deverá notar-se que a instauração de um socialismo real implica essencialmente uma evolução de mentalidades de forma a transferir a maior parte da motivação quase puramente material, característica das sociedades capitalistas, para uma motivação espiritual que leve os indivíduos a passar de uma atitude egoísta e individualista, perante os seus semelhantes, para uma atitude altruísta e colectivista, centrando a sua atenção e preocupação no bem comum.

Essa mobilização e consciencialização só serão possíveis através de uma política de informação adequada que urge iniciar pela transformação profunda das estruturas dos órgãos e serviços de comunicação social.

Isso não significa que a Informação vá apresentar carácter monolítico de propaganda orientada, pois tal se considera não consentâneo com os princípios pluralistas seguidos pela Revolução Portuguesa.

Cont. na página 4

Essa mobilização e consciencialização só serão possíveis através de uma política de informação adequada que urge iniciar pela transformação profunda das estruturas dos órgãos e serviços de comunicação social.



## "REPÚBLICA LIVRE, JÁ!"

A presença dos redactores de «República» na manifestação promovida pelo PS foi assinalada com ineludíveis manifestações de amizade. Ao longo do percurso, o cartaz de «República Livre» era saudado com palmas e vivas (ler na página central)

## AS TRÊS FALSIDADES DE ÁLVARO CUNHAL

Na entrevista que concedeu a Oriana Fallaci e durante a qual falou como se fora já mestre e senhor de Portugal (talvez hoje usasse linguagem um tanto diferente e mais comedida), Álvaro Cunhal expressou também o seu juízo a propósito do jornal "República". Nessa breve fala (um parágrafo) disse nada menos do que três falsidades. E manifestou aquilo que poderemos considerar uma grosseira previsão. Tentaremos desmontar as primeiras e justificar o nosso ponto de vista quanto à segunda.

Antes de mais, as falsidades: 1.º — "Não monopolizei nada. A Imprensa de Portugal é plenamente livre, ideologicamente autodeterminada" — afirmou o secretário-geral do P.C.P.

Não somente os trabalhadores da Informação, mas a percentagem mais esclarecida e consciente do povo português, sabem hoje que a Imprensa portuguesa não é livre. Ela foi tomada, em grande parte de assalto, por militantes do Partido Comunista que, para tal, recorreram a astúcias já conhecidas, contando, alguns

casos, com a cumplicidade de órgãos da governação. Não admira que assim tenha acontecido na medida em que isso seria uma das condições para o assalto ao poder, para o domínio do Estado.

Quem lê hoje jornais como "O Século", "Diário de Notícias" e "Diário de Lisboa", não fica com margem para dúvidas. Quem ouve Rádio Clube Português, Rádio Renascença e, a determinadas horas, a Emissora Nacional, obtém a plena certeza! O serviço da agência

Cont. na página 8

## PARTICIPAÇÃO DE TODOS

por RAUL RÊGO

Estamos a construir uma sociedade nova; não pode tal sociedade basear-se nas pedras velhas e nos processos antiquados da sociedade velha, a que ia atirando Portugal para o fundo e nos levou à dura crise social e humana onde nos encontramos e de que urge sair. Nem os odres velhos aguentam a força do vinho novo, nem ideias velhas que deram tão tristes provas durante quase meio século, pode ser a argamassa de uma vida nova portuguesa. De Vida Nova se intitulou o grupo, com Antero do Quental à frente e Oliveira Martins em figura de proa, que no final do século XIX procurou insuflar outro ideal e outros métodos à Nação. Soçobrou a breve trecho a corrente por falta de persistência de muitos dos que nela se haviam enquadado e por outros se terem adaptado ao comodismo anterior, escasseando-lhe a chama para irem mais além e virarem o peito às tormentas. O rotavismo, estre-munhado em dada altura, pode continuar o seu sono regalado até o acordarem os canhões do Tejo e da Rotunda.

Vida nova exige processos novos e espenujadas as ideias anteriores com larga participação para outras inteiramente novas. Não se compeade uma reforma da sociedade com umas tombas aqui e além a disfarçar o cambado das solas e a triste condição das bases. Os partidos ou agrupamentos os mais diversos da vida política nacional só são úteis na medida em que se integram inteiramente nela e não ponham os interesses do seu grupo acima dos interesses de todos; na me-

Cont. na página 3

## ESCLARECIMENTO A CERTOS "INCRÉDULOS" SOBRE AS "INSTRUÇÕES" DE PONOMARIEV

página 5

# A SUA BATALHA E DOS SEUS CAMARADAS É A DE TODOS OS PORTUGUESES CONSCIENTES

— diz um operário da Amadora em carta a Raul Rêgo

Trabalhadores de Norte a Sul de Portugal continuam a acompanhar-nos nesta já longa luta pela liberdade de expressão de pensamento que só poderá saldar-se pela reabertura do jornal que nunca pactuou com o fascismo nem com a ditadura e que está disposto a prosseguir na mesma linha de independência e coerência manifestada até que o golpe de 19 de Maio encerrou as suas portas.

Creemos que já não falta muito para que nos seja feita justiça, justiça cuja maior parte recai sobre os milhares de leitores do jornal, tantos dos quais continuam ao nosso lado, com a sua palavra amiga de incitamento, com a sua presença ou com o seu anónimo apoio material.

Os telegramas, cartas e postais chegam constantemente até nós e apenas a falta de espaço com que lutamos nos impede de os publicar todos. No entanto, para essas já largas centenas de leitores do jornal «República» pode ficar a certeza de que cada uma das suas palavras tem constituído uma nova razão para prosseguirmos no caminho de há muito escolhido.

Por isso, aqui ficam, preto no branco, partes de mais algumas dessas mensagens de amizade que tanto nos têm ajudado a prosseguir. Com o nosso Obrigado!

De Fernando Dias, Amadora, dirigida ao dr. Raúl Rêgo, uma carta em que o saudas pela sua inquebrantável vontade de liberdade neste País, que parece não está a ser muito feliz no momento actual. Acrescenta «Creio que há forças estranhas infiltradas no actual M.F.A. para que Portugal não tenha a ambicionada democracia que todos os portugueses desejam e aspiram. Teremos outra ditadura em perspectiva? Oxalá a vossa vontade seja férrea a resistirem a todos os ataques, pois podem ter a certeza que têm atrás de vós uma multidão enorme de portugueses que os apoiam. É preciso que resistam. Os militares, que tantos anos permitiram uma ditadura, não consentirão outra.

*Sou um operário, que ficou órfão de pais, sem os conhecer. Tenho trabalhado toda a vida. Também sofri perseguições e, ainda menino e moço, a «República» já era falada. Que perdem determinados «jornalistas» fazendo censura interna, ocultando o que se passa no País aos portugueses e consentindo apenas aquilo que lhes é inculcado pelos seus «leaders». Isto é o que estão fazendo 90% dos jornais nacionalizados.»*

*Não tenha receio. A sua batalha e dos seus camaradas é a de todos os portugueses conscientes na construção de um socialismo sem atropelos, com ordem.»*

De António de Matos Vieira, de Castelo Branco, também para Raúl Rêgo: «A Liberdade acima de tudo», esta era a divisa de Beethoven. Era bom que fosse a de todos os homens.

Dirigida aos trabalhadores-jornalistas do «República», uma carta de José Joaquim Costa Cruz Pinto que, depois de analisar o significado das ameaças e coacções sobre os trabalhadores da Empresa de Publicidade do Sul, onde foi feito o «Jornal do Caso República», diz: *Posto isto, parece ser a altura de perguntar se será realista confiar cegamente numa resolução do conflito com recurso à capacidade que, pelo menos na prioridade, todos têm — autoridades e tipógrafos — de ser razoáveis e honestos, ou se, pelo contrário, não teremos de admitir que chegou finalmente o primado da trajulhice, da estupidéz e, logicamente, da violência.*

*Na verdade, se se confirmar o advento da estupidéz generalizada, que outro remédio nos resta que não seja ocuparmos o nosso para assegurarmos a sua sobrevivência como tal e não como pasquim?*

Um telegrama dirigido à Redacção do «República»: *Apoio incondicional grande jornalista e democrata Raúl Rêgo e seus*

*camaradas de Redacção. Firmeza não se pede a quem sempre foi fixe e coerente. Secção*

*PS Mangualde.*

Um outro telegrama para a Administração do jornal «República»: *Grupo Bancário Sotto Mayor Braga apoia luta trabalhadores imprensa livre repudiando todas as atitudes minoritárias e ditatoriais.*

De um leitor de Penafiel, Manuel Carlos da Silva, para Raúl Rêgo: *Recordo-me de ter lido há muitos anos, numa edição da «República», uma carta aberta a Salazar, em que, creio, Rocha Martins afirmava: «Tem V. Ex.ª por poder o mel do mando e costuma dizer-se que o que é doce nunca amargou, mas sendo demasiado pode enjoar». Parece-me que também hoje se pode aplicar a mesma a quem tão notória superioridade assumiu sem que o Povo lhe tenha conferido e que sinceramente não deseja.*

*Sr. Raúl Rêgo, sou também um trabalhador, também não possuo alta cultura, como certamente já verificou, mas garanto-lhe que nos meus 42 anos nunca senti tanto nojo, como quando hoje soube que tinham passado sobre o seu nome e o do jornal «República», que quer queiram ou não são inseparáveis.*

Na Rua da Emenda recebemos o seguinte telegrama: *Núcleo PS Olavo apoia justa luta Direcção e Redacção jornal República por informação livre para Povo Livre.*

Dirigida ao «Jornal do Caso República», chegou-nos a lista de 102 assinaturas, acompanhada por uma expressiva mensagem: *Grupo Trabalhadores da General Motors de Portugal, em Azambuja, manifestamos a nossa solidariedade e apoiamos inteiramente a Redacção e Administração da «República» na justa luta por um órgão de informação livre e independente ao serviço dos trabalhadores.*

De Mário Cristino da Silva, de Lisboa, em carta dirigida ao nosso director: *«Há dias, por mero acaso, descobri que um jovem de 19 anos meu conhecido era um dos elementos integrado no grupo dos tais trabalhadores do «comodista» Belo Marques, jovem esse que conheço desde menino, quando ainda de calção passeava pela mão do pai ou do avô, verdadeiros democratas republicanos de uma integridade absoluta e pelos quais sempre tive imensa estima e consideração.*

*Admirado da sua conduta, perguntei-lhe se de facto estava consciente da atitude assumida, pois ainda há pouco, pelas eleições, o vira como elemento propagandista do P.P.D. colando cartazes nas paredes. Acabei por concluir que este jovem*

*não foi mais que um joguete de «pseudo-opportunista» de pós 25 de Abril, dado que nem sequer conhecia a finalidade da*

*sua luta, nem o que sempre representou o jornal «República» para Portugal na dura batalha antifascista de 48 anos.*

## MENSAGEM DE APOIO DE SOCIALISTAS E SINDICALISTAS ESPANHÓIS

A oposição democrática ao regime de Franco, que já manifestou a sua solidariedade para com os jornalistas da «República», através de uma declaração conjunta de alguns partidos clandestinos de esquerda, volta agora a dar prova do seu apoio, desta vez através de uma mensagem subscrita por 205 conhecidas individualidades afectas ao P.S.O.E. e à U.G.T.

Aqueles socialistas e sindicalistas espanhóis afirmam, no texto que nos enviamam:

«Os abaixo assinados afirmam ao Conselho de Redacção do jornal «República» a sua solidariedade face à posição de defesa da liberdade de informação

perante todo o género de pressões partidárias ou de interesses que atentam contra a liberdade de expressão.

Lamentam o encerramento do prestigioso diário, que lutou vigorosamente contra a ditadura, e confiam em que a resolução judicial desenvolverá esta voz ao povo português.

Acreditam que, no processo de democratização português as possíveis divergências de critérios entre as diferentes organizações terão de resolver-se dialecticamente e em liberdade, não sendo admissíveis violências ou situações de força que conduzam ao silenciamento de qualquer sector.»

## A SOLIDARIEDADE DOS NOSSOS LEITORES

Com uma regularidade impressionante, que poderíamos quase qualificar de constante, continuam a chegar até nós as mais extraordinárias manifestações de solidariedade proveniente de leitores e amigos do «República», na forma de donativos que vão desde a escassa dezena até aos milhares de escudos, uma prova irrefutável de que a luta que travamos pela liberdade de expressão, não é apenas nossa, mas de todos aqueles que, deste modo e de tantas outras maneiras, nos auxiliam a manter viva a certeza de que não vergaremos para que eles também não vejam traídos os seus ideais democráticos.

Igualmente valiosos são para nós todos os contactos pessoais dos amigos sinceros que nos procuram aqui na Redacção apenas para nos deixarem a sua mensagem de estímulo e nos manifestarem toda a sua indignação pelo assalto de que foi alvo o «República». Para esses, alguns dos quais têm na compra do «Jornal do Caso República» um motivo para nos manifestarem a sua solidariedade material, e para todos os outros vai o nosso obrigado, irmanando neste mesmo sentimento os homens e mulheres de todas as profissões que se nos dirigem, sem esquecer os grupos de trabalhadores que engrossam subs-

tancialmente a lista que se segue, ao fim e ao cabo num testemunho da fraternidade de trabalhadores para com outros trabalhadores.

Grupo de 81 trabalhadores da Central Térmica do Carregado, 2.650\$00; Angelino Manuel S. Sousa (cheque), 500\$00; grupo de trabalhadores e amigos do «República» do Montijo, 2.124\$50; Joaquim Figueiredo, Porto, 500\$00; grupo de 127 trabalhadores do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (filial do Porto), 2.560\$00; José Francisco Valente Figueira, Moura, 20\$00; Armando Rebordão (cheque), Lisboa, 500\$00; grupo de trabalhadores do Banco Fonseca & Burnay, Lisboa, 5.000\$00; trabalhadores da C.P.E. (Avenida Sidónio Pais, 24 - Lisboa), 2.880\$00; Luís Fernando de Matos, Coimbra, 100\$00; um grupo de trabalhadores do Almojarifado dos C.T.T., 200\$00; membros dos núcleos e secções do P.S. de V. Nova de Gaia, 900\$00; uma leitora (quantia correspondente à compra do «República» de 19 de Maio a 19 de Junho), 120\$00; assinante de Mortágua, 500\$00; trabalhadores de Banco Totta & Açores, 140\$00; O. e M., 100\$00; um leitor, 15\$00; quatro leitores, 200\$00 e grupo de leitores do «República» (Tabacaria Bragançã de Lisboa) 2.000\$00. Total 20.509\$50.

## UM TELEGRAMA ESPECIAL

Como é do conhecimento dos nossos leitores, os trabalhadores da Empresa de Publicidade do Sul, depois de uma «conversa» com delegados sindicais e elementos da direcção do Sindicato aos Gráficos do Sul votaram a decisão de não fazerem mais qualquer edição do «Jornal do Caso República».

Contudo, houve 15 trabalhadores que permaneceram fiéis a si próprios e ignorando as pressões exteriores votaram conforme a sua dignidade lhes impunha, ou seja como das vezes anteriores. Foram estes 15 trabalhadores que, ao saberem que o «Jornal do Caso República» reaparecera, feito noutra local, nos enviaram um telegrama, que, de todos nós (perdoem-nos todos os outros leitores e amigos de quem temos recebido as mais desveladas provas de carinho e solidariedade) recebeu um acolhimento muito especial. Eis o seu teor:

«Os quinze abraçam e felicitam toda a equipa por mais esta vitória. Gazeta do Sul.»

# COIMBRA — JORNAL N.º 7 OU A RESPOSTA INEQUÍVOCA DE HOMENS CONSCIENTES

Sétimo número do «Jornal do Caso República». Quinta tipografia a demonstrar que os autênticos trabalhadores, verdadeiramente interessados em produzir, estão suficientemente consciencializados, dispensando «sessões de esclarecimento» cujo objectivo manipulador é demasiado patente e facilmente detectável.

Neste momento, mais de trezentos profissionais de artes gráficas colaboraram já, com os seus camaradas jornalistas, na luta que temos estado a desenvolver em defesa da liberdade de expressão. Mas, se por um lado são muitas e expressivas as adesões com que temos contado, não é menos certo que múltiplas tem sido, também, as dificuldades criadas pela obstinada determinação de um sector minoritário que não vê com bons olhos toda a actividade que temos vindo a desenvolver.

O leitor sabe, por anteriores informações, qual tem sido o tipo de dificuldades que temos sido obrigados a vencer, como sabe também de onde partem e que objectivo visam. Seria fastidioso voltar a elas. Se o fazemos, porém, é para pôr em relevo a forma inequívoca como Coimbra respondeu à nossa so-

licitação.

Logo que se decidiu fazer um número do «Jornal do Caso República» em Coimbra consultou-se a mais importante empresa gráfica daquela cidade, expondo claramente as implicações da nossa pretensão, como aliás sempre fizemos com as empresas que anteriormente colaboraram connosco. Os empresários, por sua vez, consultaram os trabalhadores e, como sempre tem acontecido até hoje, a resposta foi inequívoca: 57 profissionais da Gráfica de Coimbra prontificaram-se a fazer o «Jornal do Caso República», enquanto apenas 8 eram de opinião contrária, e 14 deles não manifestaram a sua opinião, preferindo abster-se. A decisão, pelos vistos, foi rapidamente propagada, começando de imediato as pressões habituais para contrariar decisões democraticamente tomadas. Os trabalhadores coimbricenses, porém, resistiram a todas as manobras de «consciencialização» levadas a cabo no sentido de os fazer mudar de opinião. E o mais relevante é que os próprios trabalhadores que se tinham mostrado desfavoráveis à feitura do jornal, numa demonstração de alto sentido cívico, respeitaram

as regras do jogo democrático e colocaram-se incondicionalmente ao lado dos seus companheiros de trabalho. Resultado: todas as tentativas do tal sector minoritário foram infrutíferas.

Mas, desta vez, em Coimbra, a persistência dos que querem amordaçar-nos não se limitou à intervenção verbal: houve presença física de pequenos grupos junto das instalações da gráfica durante a noite e parte da madrugada, «entretendo-se» os componentes desses grupos a «brincar aos cow-boys», identificando pelas matrículas os automóveis que paravam nas redondezas, seguindo pessoas, fazendo até tentativas para entrar surretamente no edifício onde, então, estava já a ser impresso o nosso jornal. Tendo que algo de mais grave pudesse vir a acontecer, pois tinham sido proferidas as habituais ameaças (destruição das instalações e agressões aos trabalhadores) foram muitos os leitores e amigos de «República» que estiveram junto de nós durante toda a madrugada, numa demonstração de solidariedade que certamente muito contribuiu para frustrar os intentos dos referidos arruaceiros.

A teimosia, porém, parece ser mais um dos defeitos desses senhores. Daí que não tenham desistido sem antes conseguirem passar uma busca às instalações da gráfica, busca essa facilitada pelo delegado do Instituto Nacional de Trabalho, com o pretexto de verificar se havia operários a trabalhar fora do horário estipulado no documento pedido pela empresa àquele organismo, quando se se previu a necessidade de fazer horas extraordinárias. Além do referido delegado, participaram na busca um representante da Intersindical e outro do Sindicato dos Gráficos de Coimbra. Minuciosa embora, pois se prolongou por cerca de três horas (!!!), a busca foi infrutífera. Baldados todos os esforços, num improdutivo desgaste de energias, os grupos de «vigilantes» começaram então a bater em retirada deixando o campo livre para o trabalho de impressão que se prolongou até ao princípio da noite seguinte e só veio a ser completado trinta e tantas horas depois, na manhã de segunda-feira.

O número sete foi para a rua. Nasceu em Coimbra e serviram-lhe de padrinhos centenas de habitantes daquela cidade, os quais acompanharam com visível interesse todas as peripécias que rodearam o seu «parto». Primeiro Setúbal, depois Lisboa, a seguir Montijo, novamente Lisboa e por fim Coimbra. O «Jornal do Caso República» está a transformar-se num jornal itinerante, antecipando-se assim na descentralização preconizada pelo senhor Ministro da Comunicação Social. E ainda há quem nos acuse de estarmos a entrar o processo...

# VERDADES AXIOMÁTICAS

por VASCO DA GAMA FERNANDES

Certamente que os axiomas nunca foram o forte das Democracias. Pelo contrário: o nosso grande forte é a dimensão intelectual, a negação das chamadas verdades eternas, do preconcebido e da estatificação. A Democracia é além de um sistema político uma criação científica, eminentemente evolutiva nos seus conceitos, disposta a receber e a entregar mensagens, a fraternidade na convivência, o discernir em voz alta ou na escrita sem censuras.

Mas também é certo que há alguns axiomas que contínuem a substância do regime: o pluralismo das ideias, a controvérsia partidária, o valor do escrutínio e a consagração efectiva das votações.

Não há pois em Democracia sistemas clássicos ou sistemas modernos.

O que há fundamentalmente é a convicção de novos estilos face às realidades de conjuntura mas nunca a negação das raízes. A Democracia é o governo do povo e para o povo. Não pode prescindir da liberdade e da legalidade por maiores que sejam os contratempos e as vicissitudes sob pena de se demitir e de, a pouco e pouco, se despenhar na renúncia e no arbítrio.

Exemplificadamente podemos considerar como útil uma reforma constitucional que acatele a instabilidade governamental, celebrando-se um contrato de mobilização em que o executivo possa revestir-se de certa permanência, não caindo no absurdo das crises que serão o prefácio de aventuras sem norte.

O clacisismo terá no entanto de ser respeitado na medida em que assegure a responsabilidade ministerial perante o poder legislativo e a este caberá a alta missão de dotar o País da legislação que promova o bem-estar e o equilíbrio das populações.

Vem isto a propósito de certas afirmações responsáveis que denunciam o desrespeito pelas formas tradicionais da independência dos poderes: o legislativo concretamente votado à elaboração das leis, o executivo sujeito às críticas do Parlamento e o Judicial totalmente independente como garantia dos direitos e das prerrogativas. O clacisismo insere o princípio de representação parlamentar, o papel predominante das maiorias a par da audiência e do respeito pelas minorias. Afirmar-se como se afirmou que a voz das urnas não interessa ao ordenamento político social da Nação é pura e simplesmente regressar à prepotência, à ilegalidade e à perturbação. Quando as eleições, como foi o nosso caso, se revestiram duma total seriedade, custa a perceber que se minimize a validade das escolhas e se procure substituí-las pela simulação ou pelo hibridismo das formas de governar.

Aquele clacisismo arranca dos postulados de uma civilização que soube defrontar a presença das tiranias ou a confusão dos impasses.

Na verdade a Democracia de hoje não pode estruturar-se nos mesmos moldes da Democracia novecentista. A ciência, a cultura e a especulação ensinam que se impõe legislar e governar tendo em mira os melhores efeitos, ou seja servir a Comunidade com o produto da evolução mas sem com isso prestar o surto das liberdades respeitadas e da legalidade cimeira. O 25 de Abril ergue nos seus punhos uma sociedade desfeita pela ditadura. E ao fazê-lo e ao elaborar o Programa das Forças Armadas apontou para a reestruturação democrática duma sociedade inteiramente nova ou seja o socialismo pluralista; e deste modo tendo na sua base, a par das conquistas inalienáveis, um sentido de reforma das instituições sob o ponto de vista económico social e educacional. Ao recordar o que se sofreu para defender as liberdades é justo que se assente na norma do império da lei. E ao recordar também o que se lutou e se sangrou é justo igualmente que a liberdade não sirva para se destruir a si própria permanecendo estática quando à sua volta se situam as trincheiras do negolismo, da miséria ou da injustiça social. Estes os axiomas dentro dos quais tudo é possível, fora dos quais se projecta a sombra da desordem e da iniquidade.

Sejamos respeitadores das verdades que constituem os alicerces da nossa existência de homens livres, mas saibamos ser revolucionários, sem perder a razão e sem comprometer a autenticidade do nosso destino.

# PARTICIPAÇÃO DE TODOS

Cont. da página 1

dida também em que se não queiram impor à força e contra a vontade manifestada do povo a todas as outras correntes de opinião. A participação dos cidadãos na vida pública é indispensável à saúde cívica, ao bom andar da nação. Na medida em que se procuram afastar uns e outros, para adquirir relevos apenas alguns, se faz obra de anti-nação, se entra pelo divisionismo, porta para a destruição de qualquer sociedade, familiar, comercial ou nacional. Um país faz-se com o trabalho de todos os cidadãos, como um jornal se faz com o trabalho de quantos nele colaboram, seja de que forma for. Essencial a toda a obra humana que queira a perfeição é a harmonia; nem se diga que pode ser belo o macrocéfalo ou um corpo que só tivesse braços ou pernas ou onde os pés avultam sobre tudo o mais.

Fazer parte de uma sociedade é nela participar, conforme ao nosso saber e à nossa força, com o nosso braço ou o nosso cérebro. Não se pode um sobrepor ao outro, descurando aquilo que lhes é possível para realizar quanto lhe é estranho. Impositivos que sejam contribuam apenas para a destruição de quanto se devia e podia ser realizado com o concurso de todos. Toda a verdadeira sociedade é um agrupamento participativo e os primeiros ataques à democracia começam sempre por impedir alguns de dar o seu trabalho à colectividade, marginalizando-os, para lhes preferir outros de outro sector, de uma tendência. O exclusivismo é o defeito das sociedades monolíticas de onde se afastou a harmonia para dar lugar tão somente à prepotência de uma corrente sobre todas as mais. Viver em sociedade, comercial, industrial, cívica, até na grande sociedade nacional, é participar; e mal vai a todos quando alguns se julgam bastantes para desempenhar o que a todos cabe fazer. Uma nação é feita por todos os cidadãos e tanto mais perfeita será quanto mais todos os homens se sintam integrados nela e para ela dêem o seu contributo.

# "REPÚBLICA LIVRE, JÁ!"

— reclamaram milhares de portugueses na manifestação de apoio ao Conselho Superior da Revolução

Uma gigantesca manifestação («a maior que Lisboa já viu», teria dito a Emissora Nacional) atravessou a cidade, na última

segunda-feira, desde o Rossio até Belém, em apoio ao Conselho Superior da Revolução e à sua reafirmação de uma linha

pluralista na construção do socialismo em Portugal.

Promovida pelo Partido Socialista, a manifestação recebeu

a adesão de militantes do PPM, PPD, PCP (m-l) e Movimento Libertário Português, ostentando bandeiras e lançando palavras de ordem, que se concentraram, era já quase meia noite, na Praça do Império, no final de um longo percurso de quatro horas e meia, que apenas teve uma pequena pausa junto do Palácio de São Bento.

Porque o comunicado do Conselho Superior da Revolução reiterava o propósito de fazer respeitar intransigentemente as leis revolucionárias em vigor, os jornalistas da «República» — que continuam aguardando a concretização do já anunciado cumprimento da Lei de Imprensa — aderiram à manifestação do P.S., conduzindo um cartaz em que se lia: «Jornalistas em luta — República livre — Liberdade de expressão».

Durante a longa marcha através de vários bairros de Lisboa, tivemos então, e uma vez mais, grata oportunidade de reencontrar o apoio e a solidariedade dos nossos leitores. As palavras de ordem dos manifestantes, que clamavam por «República livre, já!», respondiam os aplausos do povo que se aglomerava nas ruas, nas janelas e nas varandas, nas escadarias de São Bento ou nos jardins da Praça do Império.

A frase «República livre, já!», gritada por muitas dezenas de milhares de vozes portuguesas — («Se isto não é o povo, o povo onde é que está?») — constituiu para nós, jornalistas em luta pela liberdade de expressão, mais uma certeza de que o povo português nos acompanha neste combate, partilha dos nossos objectivos e vive, dia a dia, este duro mas exaltante processo pela reconquista do jornal que, acima de tudo, pertence inalienavelmente aos seus leitores. E eram esses leitores que reclamavam: «Rego amigo, o povo está contigo» e «República, uma só solução: a mesma direcção!».

«Conselho da Revolução, aqui está a nossa mão», «Forças Armadas, sim, milícias de partidos, não!». «Não, não, não a falsa informação!» foram outras das palavras de ordem ouvidas durante a manifestação — manifestação que, aliás, foi crescendo desmedidamente ao longo do percurso e ganhando em espontaneidade, em entusiasmo e em alegria o que viria a perder em organização. Foi, por isso, uma imensa e incontível onda popular a que desembocou em frente do Palácio de Belém e conduziu as suas bandeiras vermelhas para junto das muitas que já ali se encontravam para saudar, também, as últimas decisões do Conselho da Revolução.

«Rego amigo, o povo está contigo» e «República, uma só solução: a mesma direcção!».

«Rego amigo, o povo está contigo» e «República, uma só solução: a mesma direcção!».



«República livre, já» pediu a multidão em frente do Palácio de Belém

«A VONTADE DO M.F.A. É DE INSTITUIR O SOCIALISMO PLURALISTA EM PORTUGAL — AFIRMOU COSTA GOMES À MULTIDÃO

Na alocução que, das varandas do palácio, Costa Gomes dirigiu à multidão, o Presidente da República afirmou:

«Quero agradecer, em primeiro lugar, esta manifestação de apoio e solidariedade ao M.F.A. e ao Conselho da Revolução. A vontade do M.F.A., ao libertar o povo português, é a de implantar o socialismo pluralista em Portugal.

«Mas o socialismo constrói-se e para a sua construção nós precisamos de superar todas as

nossas divergências, todas as nossas opiniões, para arranjarmos uma plataforma onde todos estejamos de acordo.»

Sempre interrompido pelos aplausos das dezenas de milhares de pessoas que enchiam a praça e por gritos de «Vitória! Vitória!» e «Trabalho e pão, armas é que não!», o Presidente da República prosseguiu:

«A liberdade que vocês proclamam nesta imensa reunião, realiza-se com a disciplina, a ordem, o trabalho, a solidariedade e a compreensão de todos. Coesos, firmes, unidos e decididos, venceremos a grande batalha que temos, a batalha da produção e do trabalho, para

superar as deficiências e carências com que nos debatemos. Pretendemos que o povo português trabalhe e tenha pão e todos estamos de acordo que não com armas que o pão se produz.»

Depois de explicar que a ausência de muitos elementos do Conselho da Revolução se devia ao facto de se encontrarem fora de Lisboa, principalmente em Moçambique, e de esclarecer que «tanto os presentes como os ausentes estão de alma e coração com os vossos anseios», Costa Gomes afirmou ainda:

«Eu sou apenas um entre todos os que fizeram a Revolução e que dia e noite velam por que

ela se afirme e prossiga.

«Vou terminar reiterando os meus agradecimentos e pedindo-vos que vos torneis coesos e unidos em torno do M.F.A. e que, com disciplina, unidade e coesão, deis o melhor do vosso esforço para bem da nossa Pátria. Viva Portugal!»

O Presidente Costa Gomes e os restantes membros do Conselho da Revolução presentes receberam, depois, numa das salas do palácio, os membros do Secretariado Nacional do P.S. que se haviam incorporado na manifestação.

## ESCLARECIMENTO A CERTOS "INCRÉDULOS" SOBRE AS "INSTRUÇÕES" DE PONOMARIEV

São francamente admiráveis as múltiplas reacções ao artigo intitulado «Um documento ultra-secreto, elaborado em Moscovo, na base da tática do P.C.P.», publicado simultaneamente na nossa «folha» e no jornal «Le Quotidien de Paris».

Da indignação (inocente?) de Georges Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês, à estupidez da «Tass», passando pela manipulação com que alguns meios de comunicação social trataram do caso, tudo isso reflecte a manifesta incapacidade de desmentir um documento tão real como a existência de luta de classes na União Soviética de Brejnev.

De qualquer modo, e embora a questão de fundo não seja, nem ao de leve, beliscada, convirá fazermos, desde já, uma ligeira correcção: as «instruções» não são tão confidenciais quanto a fonte de informação — a agência noticiosa ASCA — o fazia supor. Efectivamente, as «instruções»

subscritas por Boris Ponomarev, apresentando as condições julgadas necessárias para o acesso ao poder dos partidos comunistas nos países da «democracia burguesa», foram publicadas, em Junho de 1974, na edição em língua inglesa do órgão interno do Movimento Comunista Internacional, editado em Praga e intitulado «Problemas da Paz e do Socialismo».

Antes de ser por nós divulgado, o texto de Ponomarev já tinha sido publicado no jornal italiano «La Notte», também com o timbre de ultra-secreto, e no diário belga «Le Soir». Referiremos mesmo que a publicação no jornal italiano deu apenas origem a uma intervenção de Berlinguer, líder do P.C.I., que não chegou a contestar a existência de tais «instruções» mas deu a entender que o seu partido jamais as poria em prática.

Tal como tantos outros, fazendo por ignorar a evidência dos factos, o comentarista da oficialíssima «Tass», Vladimir Yordansky, escreveu, a propósito do caso: «Alguns socialistas portugueses devem estar atolados até ao fundo no lodacal anticomunista, se foram eles os autores de semelhante provocação política».

Perante isto, resta-nos «devolver a bola» ao comentarista da «Tass» e dizer-lhe claramente que a «provocação política» não é da nossa autoria mas sim do seu camarada Boris Ponomarev, por sinal membro do intocável «Politburo» soviético.

Quanto à acusação de «anticomunistas», estamos fartos desse tipo de linguagem, que, ao fim e ao cabo, mais não é do que uma pequena peça da «técnica da repetição» evocada nas «instruções» de Ponomarev. Conosco, no entanto, essa técnica não surte efeito...

## DINAMIZAR E INFORMAR

Cont. da página 1

tuguesa. Mas é necessário que essa informação seja ao mesmo tempo verdadeira e pedagógica, elucidando e ensinando o povo e não excitando-o e confundindo-o como até agora, por vezes, tem sido praticado.

O M.F.A. crê sinceramente que a liberdade e a opção socialista não são incompatíveis, mas é necessário que o exercício de uma não limite a existência da outra.

5.2. Uma das práticas necessárias à realização dos objectivos apontados consiste na transformação de um ou mais jornais diários, já actualmente pertencentes virtualmente ao Estado, em órgãos oficiosos, cujo noticiário e doutrina naturalmente reflectam as posições do M.F.A. Espera-se que com essa medida, o povo português passe a dispor de órgãos de imprensa diária incontestáveis, sem quaisquer obediências ou conotações a políticas partidárias e seguindo uma política geral de verdade e esclarecimento públicos, cuja prática diária os deverá tornar eminentemente respeitáveis.

5.3. Com idêntico objectivo, torna-se igualmente necessário o «controle» da Rádio e da Televisão estatais, a fim de se fazer chegar ao conhecimento do público, de uma forma sistemática, a posição e doutrina do M.F.A. sobre a prática política e os acontecimentos da vida nacional.

Para isso, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Comunicação Social porão em prática as medidas e sistemas adequados.

5.7. A mobilização do Povo Português para a via socialista exige, além de uma nova política de Informação uma acção dinamizadora constante que, pela presença e pela prática, torne visíveis e operantes as recomendações e programas dimanados dos órgãos centrais.

Para tal, é necessário uma acção intensa e eficaz de dinamização cultural militar adequada, numa acção conjunta com as organizações populares unitárias de base que, melhor que ninguém, poderão reflectir os mais justos anseios e necessidades da população.

Para esta acção, deverão ser postos à disposição os meios humanos e materiais convenientes, não esquecendo que a Revolução de 25 de Abril foi feita para o Povo e será desse povo que lhe virá a sua força, continuidade e razão de ser.

5.4. A mobilização da opinião pública para objectivos de interesse nacional deverá passar a fazer-se pela utilização racional da publicidade, difundida por órgãos de Informação, o que implicará naturalmente a utilização de empresas de publicidade nacionalizadas.

5.5. Considerando-se o direito de existir em Portugal uma informação livre, reconhece-se que em muitos casos se tem abusado dessa liberdade, dando origem à difusão pela Imprensa, Rádio ou Televisão de notícias proposadamente deformadas, para causar confusão ou alarme na opinião pública.

O mesmo se passa quanto a certos correspondentes estrangeiros, que, abusando da hospitalidade que lhes é concedida, fazem chegar aos órgãos da Informação, de que são agentes, notícias falsas ou deturpadas, prejudicando intencionalmente a imagem de Portugal no Mundo.

Não permitindo a Lei de Imprensa acção decidida e rápida sobre esses prevaricadores, que dela abusam para realizarem, até agora impunemente, acções perfeitamente classificáveis como contrarevolucionárias, o M.F.A. está decidido a proceder directa e eficazmente contra eles, fazendo publicar, se necessário, legislação revolucionária adequada ao efeito.

5.6. As grandes comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, e cujo sentimento de nacionalidade se mantém perene, têm sido vítimas de sistemáticas campanhas de difamação sobre o que se passa na sua Pátria, com intenção de as alienar do sentimento de liberdade nacional e, por vezes, de as empregar como arma da reacção junto de amigos ou familiares residentes em Portugal.

O M.F.A. espera que toda a Nação Portuguesa, incluindo aquela que foi obrigada a emigrar por falta de liberdade ou de condições de vida no seu País, sinta orgulho da sua nacionalidade, sendo para tal necessário que seja informada com verdade e oportunidade do processo revolucionário.

Deste texto, parece-nos serem de salientar três pontos:

a) O reconhecimento de que «a informação não deve apresentar carácter monolítico de propaganda orientada», o que tem sido acusação feita à maioria dos jornais nacionalizados e o Conselho da Revolução

considera «não consentâneo com os princípios seguidos pela revolução portuguesa»;

b) A afirmação de que «o M.F.A. crê sinceramente que a liberdade e a opção socialista não são incompatíveis, mas é necessário que o exercício de uma não limite a existência da outra»;

c) A decisão de que «a mobilização da opinião pública para objectivos de interesse nacional deverá passar a fazer-se pela utilização racional da publicidade difundida por órgãos de informação», com «utilização de empresas de publicidade nacionalizadas» — decisão que destaca uma separação nítida entre informação e propaganda, o que para nós é um princípio fundamental.

É-nos particularmente grato registar aqui o nosso acordo com as linhas gerais definidas pelo Conselho da Revolução e, em particular, com os pontos destacados. Isso confirmará, no espírito de muitas pessoas, que estar na luta pela liberdade de expressão não é estar contra a revolução. E, pelo contrário, estar com a revolução, no caminho traçado pelos que com firmeza são garantes do cumprimento da vontade claramente expressa pelo povo português. Da nossa parte, nunca houve sobre isso qualquer dúvida. Negamo-nos sempre, por isso, a abandonar esse caminho e a enveredar pelos trilhos para os quais minorias activistas e oportunistas de rabos de palha tentaram e tentam empurrar o processo revolucionário, atraíndo a grande maioria da população portuguesa.

Nem as falsas acusações, nem as verborreias demagógicas nos farão afastar da certeza de que o Portugal novo que é anseio de todos nós, só poderá construir-se na sólida base de verdade que se consegue com o livre debate de ideias e opções, sem o qual, aliás, não teria sentido a definição de pluralista dada e reafirmada pelo M.F.A. para o socialismo que se pretende em Portugal.

O rumo da revolução agora redefinido pelo Plano de Acção Política, abre perspectivas à instauração de um socialismo em que a justiça social se obtém sem recurso à injustiça da opressão. Por isso o seguirmos, com decisão, mas sem abdicarmos do livre exercício do papel crítico que é inseparável da função dinamizadora e esclarecedora da Imprensa.



Os núcleos do PS no «Diário de Notícias» e no «Diário Popular» também assinalaram a sua presença na manifestação



# ORIANA FALLACI PÕE "CUNHAL A NU"

"O homem que hoje tem mais autoridade em Portugal, o homem que hoje tem influência sobre os militares que ocupam o poder, resumindo, o homem que venceu apesar de perder as eleições, é Alvaro Cunhal, chefe do Partido Comunista Português. Entrevistá-lo não é fácil. Mas consegue-se, e, se se consegue, basta ouvi-lo para se compreender o que se passa no seu país, para ter uma imagem exacta da situação. Cunhal desconhece os meandros nebulosos da diplomacia. Abre a boca e diz o que pensa com uma sinceridade feroz. E entre as coisas que pensa, que quer, que em parte já obteve, está o repúdio total das liberdades democráticas, da democracia tal como a entendemos. Ou ditadura do proletariado ou fascismo, tal é a substância das suas afirmações. A terceira força não conta, o liberal-socialismo é uma tolice. Se tais concepções prejudicam os camaradas europeus, pior para eles. Admite o sem disfarce. Só oculta o que se refere à sua pessoa, negando-se a contar se tem família e onde viveu desde a sua fuga da penitenciária de Peniche, onde esteve durante 14 anos, até 1960 (Parece, não obstante, que viveu em Moscovo e que se casou com uma russa. Paradoxalmente, é um homem simpático, porque é cordial, alegre, impetuoso, aceita a discussão e provoca-nos um sorriso ainda que esteja a expor os conceitos mais inaceitáveis. Além disso, tem uma inteligência viva e lúcida, apesar da sua fé cega e de uma certa ingenuidade que deixa confuso o interlocutor. Tive ocasião de verificar como o olhar se agitou e as orelhas enrubesceram quando insinuí, com perfídia, que a União Soviética está disposta a liquidá-lo, por se sentir incomodada com a sua excessiva ortodoxia. É difícil fugir ao fascínio do seu rosto, quase imberbe, de devoto, aos seus olhos azuis e cabeleira branca (que tanto agradam às mulheres). Mas logo se afasta, iradamente, esse fascínio, ao recordar-se que se está perante um homem despidado e que não crê na liberdade.

ALVARO CUNHAL — Diga o que quiser e pense o que quiser. Nós, os comunistas portugueses, precisamos dos militares. E estamos com os militares. Não nos serve uma frente popular com o socialismo, um pacto como fizeram Nenni e Togliatti em 1948. Tal pacto, firmámo-lo já com o Movimento das Forças Armadas, o MFA. Aqui não é possível uma frente popular sem os militares. E o grande erro dos socialistas consistiu em não compreenderem uma verdade tão elementar e afastarem-se dos militares, apesar dos votos que obtiveram. E nem mesmo agora conseguem meter isto na cabeça. Não querem reconhecer que estamos a fazer uma revolução com as Forças Armadas, uma revolução iniciada e conduzida pelas Forças Armadas. Desde 25 de Abril que os socialistas apostaram no cavalo errado. Nos momentos decisivos, nós os comunistas sempre conseguimos chegar primeiro. No 11 de Março, por exemplo, quando se deu a tentativa de golpe de Estado, não esperaríamos para ver para que lado se inclinava a balança. Não nos entretinhamos a descobrir que grupo teria mais probabilidades de ganhar. Assumimos imediatamente a responsabilidade de denunciar o perigo contrarrevolucionário, de condenar Spínola. E mantivemo-nos com o MFA.

ORIANA FALLACI — Diga o que quiser e pense o que quiser: não é ilícito neutralizar e desconhecer um partido que representa a grande maioria do povo, que venceu as eleições. Se não se aceita o jogo das eleições...

A.C. — Mas nós, os comunistas, não aceitamos o jogo das eleições. Você equivoca-se ao partir desse conceito. Não, não, não, não a mim não me interessam nada as eleições. Nada mesmo! Se você pensa que a questão se restringe à proporção de votos recebida por um ou outro partido, equivoca-se completamente. Se pensa que o Partido Socialista, com os seus 40 por cento de votos, e o Partido Popular Democrático, com os seus 27 por cento, constituem a maioria, comete um erro. Eles não têm a maioria.

O.F. — Está a brincar, Cunhal? Ou será que a matemática é uma questão de opinião?

A.C. — Estou a dizer que as eleições não têm nada, ou muito pouco, a ver com a dinâmica revolucionária. Agrade o não aos socialistas. Estou a dizer que o processo eleitoral não é mais que um complemento marginal dessa dinâmica. Porque o MFA é, aqui, uma força política. Uma força

independente, com o seu pensamento político, a sua autonomia política, ainda que não esteja representado no resultado das eleições. Já sei o que me vai responder: que os militares também votaram. E depois? O voto deles dispersou-se pelos diversos partidos políticos; o Movimento das Forças Armadas não figurava entre os candidatos. E se pensa que a Assembleia Constituinte vai transformar-se num Parlamento comete um erro ridículo. Não! A Constituinte não será, de certeza, um órgão legislativo, nem mesmo uma Câmara de Deputados. Isso prometo eu. Será uma Assembleia Constituinte, e já basta; com uma importância limitada, que já é bastante. A Constituinte desenvolverá a sua actividade num quadro político bem delimitado e condicionado pelo acordo assinado com o MFA, com a força não representada. Porque foi o MFA que fez o 25 de Abril, e não o Partido Socialista.

O.F. — Terei percebido bem? Disse, de facto, que em Portugal não haverá Parlamento?

A.C. — Compreende muito bem. Asseguro-lhe que em Portugal não haverá Parlamento.

O.F. — Então, para que fizeram as eleições? E porque é que os comunistas participam nela? Por que investiram nela tanto trabalho e tanto dinheiro?

A.C. — Ora, ora! Talvez você tenha razão. Talvez tivesse sido o melhor que não tivéssemos participado. Mas nem sempre é possível fazer-se o que se quer, nem sempre se podem cumprir os programas. Já estava tudo planeado e decidido, tinha havido interferência de muitos factores contradiitórios: o governo heterogéneo, por exemplo, a ampla coligação de poder que chegava até ao PPD. Não, os comunistas já tinham afirmado aos militares que o PPD não devia estar presente, que não se podia conduzir o país ao socialismo por meio de uma ampla coligação democrática. Mas eles quiseram juntar socialistas, comunistas, sociais-democratas e as diversas correntes do MFA... Tinhamo-lhes avisado que as eleições constituíam um perigo, que eram prematuras, que, se se não tomassem precauções, se perderíamos, que o voto passivo não se pode misturar com a militância. Mas se conseguimos impedir as eleições regionais. Quanto às da Constituinte, insistiram em promovê-las.

O.F. — Cunhal, o único termómetro para medir a vontade de um povo é o que é proporcionado pelas eleições.

A.C. — Um dos termómetros. Apenas um dos termómetros. E já digo assim para a contentar; isto é, se eu respondesse que não são termómetro algum continuaríamos a discutir até ao infinito: sim, não, sim, não. Mas o que é que você quer medir com tal termómetro quando há regiões do país onde as pessoas nem sequer sabem ler e escrever, quando existem regiões em que a propaganda afirma, sorratamente: "Se votares na foice e martelo, vêm os comunistas e dão-te uma injeção por trás da orelha"?

O.F. — Está a afirmar, Cunhal, que o povo não está maduro. E esse é sempre o pretexto das ditaduras. Além de que é exactamente o argumento dos fascistas.

A.C. — Bem... eu não digo que o povo não está maduro... O que eu quero dizer é que o método eleitoral não é o único...

O.F. — A verdade, Cunhal, é que você não esperava uma derrota tão esmagadora.

A.C. — Não, não. Eu sabia que venceria a direita. Não é verdade que até preveni disso os militares? É certo que esperava mais votos em Lisboa. Esperava mais votos em muitas regiões, no Sul... Mas nunca pensei conseguir a maioria. Tal esperança não teria fundamento. O anticomunismo era de tal ordem que em algumas aldeias nem sequer pudemos realizar comícios eleitorais. Aparecia escrita nas paredes: "Cunhal, se cá vieres morres". O eleitorado agrícola era muito desfavorável. Existia um clima de terror nas zonas rurais. E, por todo o lado, o inimigo a derrotar não era o fascismo mas os partidos comunistas. Todos estavam contra nós: a direita, o centro, a esquerda. Até tínhamos contra nós a Imprensa internacional, sempre a falar de Praga, sempre a comparar Lisboa com Praga... Entretanto, a Rádio Vaticano incitava a que se não votasse na esquerda, e os socialistas agitavam o espectro da guerra civil, de uma guerra com os espanhóis se os comunistas subissem ao poder, de um golpe militar dos comunistas. Era inevitável que a direita vencesse.

O.F. — Não foi a direita quem venceu, Cunhal. Foram os socialistas. E não houve terror. Você falou onde quis. As eleições processaram-se correctamente. Consequentemente, foram vocês quem agiram de forma incorrecta. E até ilegal.

A.C. — Quanto a isso, tenho de lhe explicar o que se passa aqui em Portugal. Há uma revolução, sabia? Desenvolve-se um processo revolucionário. Ainda que paralelamente se desenvolve um processo democrático burguês, que por vezes coincide com os objectivos do processo revolucionário e outras se lhes opõe. A solução dos problemas depende da dinâmica revolucionária; ao contrário, o processo democrático burguês quer confiar a revolução aos velhos conceitos do eleitoralismo, e, ao invocar a legalidade, pretende criar uma situação jurídica e protegê-la com leis do regime anterior. Você fala de leis que é necessário respeitar. Mas, num processo revolucionário, as leis fazem-se, não se respeitam. Compreendido? A revolução não respeita a lei, fá-la.

O.F. — Justíssimo. Certíssimo. Mas então porque fala de democracia? A democracia é pluralismo, é liberdade de pensamento. E eleições que se devem respeitar. Eleições em que todos participam, e não só os partidos totalitários.

A.C. — Essa é a sua opinião. Mas não é a minha.

O.F. — Bem vejo. Mas que diabo entende você por democracia?

A.C. — Não é, sem dúvida alguma, o mesmo que entendem

vocês, os pluralistas. Democracia para mim significa liquidar o capitalismo, os monopólios. E acrescento: não existe hoje em Portugal a menor possibilidade de uma democracia como as da Europa Ocidental. E quando digo "hoje" quero dizer "nunca mais". Naturalmente, se em 24 de Abril nos tivéssemos dito "vão ter um regime como em França, ou em Itália, — ou em Inglaterra", teríamos exclamado: "Que maravilha! Que alívio!". Mas as coisas evoluíram de maneira diferente, a evolução da realidade abriu-nos outras perspectivas, e não se pode pretender que os desejos de um povo se limitem ou se cristalizem. Por outras palavras, essa vossa democracia ocidental já não nos basta. Não iríamos para essa democracia nem que pudessemos. E não queremos. Não queremos uma democracia como a vossa. Nem tão pouco queremos um socialismo, ou melhor, um arremedo de socialismo como o vosso. Está claro?

O.F. — Claro...

A.C. — Aqui precisamos de reformas profundas e radicais nos planos social e económico. As opções são duas: ou um monopólio com um forte governo reaccionário, ou o fim do monopólio com uma forte democracia comunista. Em Portugal o capitalismo teve um desenvolvimento muito original: baseado numa agricultura atrasada, uma agricultura primitiva, numa miséria nunca aliviada pela tecnologia. Além disso, o capitalismo português teve sempre a protecção do aparelho estatal. Foi o próprio Estado fascista quem facilitou a formação dos monopólios, servindo-se de um sistema repressivo, violento, e mantendo os trabalhadores em condições miseráveis. O nosso capitalismo foi sempre subdesenvolvido, de forma alguma comparável ao de outros países europeus. Houve sempre uma diferença enorme entre o salário dos nossos operários e dos outros trabalhadores europeus, um abismo entre os respectivos níveis de vida. E a mim interessa-me liquidar os monopólios, ainda que de momento o façamos de um modo um tanto desordenado. O que actualmente se vê em Portugal não é mais que um começo, mesmo uma situação provisória. Não pense que as nacionalizações efectuadas resultaram de um programa definido. São apenas uma solução para os problemas imediatos. Ainda que se não quizesse o socialismo, era preciso nacionalizar. E vem agora você falar-me de resultados eleitorais, de liberdades democráticas, de liberdade!

O.F. — E é porque não quer ouvir falar dessas coisas que mandou encerrar o diário "República"? E é porque não quer liberdade que monopolizou todos os órgãos de informação, desde os diários até à rádio e à televisão?

A.C. — Eu não monopolizei nada. A Imprensa em Portugal é completamente livre, ideologicamente autodeterminada. Acompanha o processo revolucionário, o que me parece muito bem. Evidentemente, se os operários consideram que um director ou uma redacção são contrarrevolucionários, têm todo o direito de impedir que essas entidades continuem a ocupar tais postos. Têm até mesmo o dever espiritual e político de o fazerem. Em qualquer lado do país os operários podem expulsar o director. Foi o que sucedeu no caso "República". Os socialistas comportaram-se de uma forma histórica, provocaram um escândalo com o fim de lembrarem que tinham ganho as eleições. Na realidade, os operários revoltaram-se porque a "República" mais não fazia

que publicar ataques contra o Partido Comunista, calúnias contra o partido, críticas à revolução. Os operários começaram por censurar textos que lhes pareceram injustos, e seguidamente revoltaram-se. E fizeram muito bem.

O.F. — E se os operários socialistas fizessem o mesmo com os vossos periódicos, consigo? Que diria você então, Cunhal?

A.C. — Dir-lhe-ia: rapazes... O.F. — Opa Cunhal, você até é simpático, porque é um autoritário que não oculta o seu autoritarismo, um tirano que não se preocupa de dissimular a sua tirania. Mas não se dá conta do mal que está a fazer à esquerda europeia, e em especial aos seus companheiros comunistas de outros países? Pense no Partido Comunista Espanhol...

A.C. — Oh, pobre Partido Comunista Espanhol! Ah, pobres comunistas espanhóis! Como me comovem! Quanto sofro por eles!

O.F. — Pense no Partido Comunista Italiano, e no serviço que prestou à democracia-cristã em Itália...

A.C. — Ai que pena que me dá! Estou angustiado, "navré". Pobres comunistas italianos! "Je pleure pour les communistes italiens". Affinjo-me com todos os comunistas europeus, recrimino-me, maldigo-me, sofro. Sim, conheço as lamentações deles. São as que me repetem quando cá vêm. "Porque fazem essas coisas? Porque não aceitam um certo jogo democrático? Porque impedem o Partido da Democracia Cristã de concorrer às eleições?", etc, etc, etc, amém. Mas que partido democrata-cristão? Existia apenas um grupúsculo que se havia formado quatro semanas antes, sob a liderança de um fascista. Um fascista que desde o 28 de Setembro devia estar na prisão, por já ter traído, juntamente com Spínola, o MFA. Um jovem partido reaccionário que nem sequer tinha uma base católica e que se sabia estar apostado numa conspiração...

O.F. — Tudo isso está por provar, e, além do mais, não era também o MDP um grupúsculo recém-formado, porque isso lhe convinha a si?

A.C. — Estamos a encarrar o problema de ópticas muito afastadas. A minha óptica não é a sua.

O.F. — Isso parece-me evidente. Mas acho estranho que ridicularize tanto os seus irmãos comunistas do outro país. O Partido Comunista Italiano esforça-se por conseguir um compromisso histórico e vocé...

A.C. — Oh, como lamento pensar que tenham sofrido tanto por minha causa! Que humilhado me sinto! Eles tinham essa possibilidade e eu arruinei-a! Sabe o que lhe digo? Se um partido comunista permite que os acontecimentos num outro país o prejudiquem, se sofre as consequências desses acontecimentos, isso quer dizer que...

O.F. — ... Que pouco vale? Talvez valha pouco mas o PCI consegue sete milhões de votos, e você não consegue nem 700 mil. Já alguma vez pensou nisso? E nunca considerou a hipótese de realizar a opção feita por Togliatti, quer dizer, a opção de se inserir na chamada democracia burguesa?

A.C. — Não, não, não, e não! Já obtivemos muito mais por este processo. Hoje não há banca privada em Portugal, e todos os sectores fundamentais estão nacionalizados, e a reforma agrária vai realizar-se, e os monopólios estão a ponto de serem destruídos, e tudo isto constitui um processo irreversível. Irreversível! Por isso respondo assim aos partidos comunistas dos países ocidentais e às suas queixas: Nós não

# ORIANA FALLACI PÕE "CUNHAL A NU"

esperamos pelos resultados das eleições para mudar as coisas e destruir o passado. O nosso sistema é uma revolução, e nada em comum temos com os vossos.

**O.F. — Conheceu Togliatti?**  
A.C. — Parece-me tê-lo visto um par de vezes. Superficialmente. E não tentei falar com ele mais vezes nem aprofundar um debate. Não é que os comunistas italianos nos tenham manifestado a sua solidariedade até este momento... Não é que queira acusá-los de não terem sabido aproveitar as ocasiões, ou de terem, de certo modo, cometido uma traição com a eleição feita por Togliatti... Suponha que tiveram as suas razões para seguirem o caminho que escolheram. Já afirmou que até ao 24 de Abril, nos anos quarenta, cinquenta e sessenta, também nós teríamos ficado satisfeitos por participarmos numa democracia burguesa. Mas agora a história oferece-nos uma oportunidade diferente, estamos dispostos a não a perder, e não a perdermos, a não ser que se verifique um erro. Por exemplo, um erro que provoque um golpe da direita. Em todo o caso, não quero julgar os comunistas italianos, e muito agradecerá que eles me não julguem.

**O.F. — E também não quer pronunciar-se sobre o compromisso histórico?**

A.C. — Ah, isso! Depois das palavras que acabo de proferir... Nós os comunistas só nos criticamos mutuamente em privado. E não é uma brevíssima que posso julgar as ideias do compromisso histórico. Mas... afinal de contas, que quer dizer compromisso histórico? Que significa isso? Em português, até a própria tradução é impossível. "Compromisso", "compromiso", "compromis"... Sabe o que respondo? Que nós também temos um compromisso. Um compromisso que estabelecemos com a classe operária: o compromisso de construirmos uma sociedade sem capitalistas. O compromisso com o povo. Compreende? Também cá havia o que queriam o compromisso: o monopólio! O monopólio declarava-se disposto a respeitar as liberdades democráticas! Como se necessitássemos do seu consentimento, da sua aprovação!

**O.F. — Bom, Cunhal, não se aborça. Falemos de outra coisa. Crê que Portugal será comunista.**

A.C. — Ora se creio! É a minha aspiração, uma vez que sou comunista. E é um facto indiscutível que Portugal actualmente se dirige para o socialismo. A única coisa que actualmente não posso dizer é que faremos esse socialismo. Talvez devêsse poder dizê-lo, dado que sou o responsável por um partido que não foi derrotado, muito pelo contrário. Mas, francamente, não me sinto capaz. Porque o não sei. Nós os comunistas queremos integralmente, mas devemos ter em conta uma realidade muito complicada e muito contraditória. O nosso programa de um Portugal comunista está certamente sujeito a rectificações. Assinámos um pacto de cinco anos com o MFA. A ideia de nos pormos contra as Forças Armadas nem sequer nos passa pela cabeça.

**O.F. — Aprecia verdadeiramente esses militares, não é verdade?**

A.C. — Sim, aprecio-os muito, porque me são necessários. Você pode dar-se ao luxo de os detestar. Eu não. Acho-os amáveis, simpáticos, adoráveis. Que faria eu, que faríamos, sem os militares? Se o MFA não existisse já teríamos outra ditadura de direita. Se o Exército não é como dantes, tal como a Marinha e a Aviação, deve-se ao MFA. Se todas as tentativas reaccionárias foram

desarticuladas, tal deve-se ao MFA. O MFA é tão forte que até Spínola o teve de admitir, proclamando-se chefe do movimento. E quando tentou liquidar os capitães, quer dizer os órgãos de acção revolucionária, partiu a cabeça. Os capitães responderam: "Senhores generais, os senhores são generais e nós apenas capitães. Mas ordenamos-lhes que se vão embora". Esta estrutura revolucionária teve não pouco trabalho para sobreviver, mas acabou por conseguir. Hoje dispões de uma expressão jurídica, constitucional, tem a sua legitimidade, que é a legitimidade revolucionária; e quem será tão louco que a repudie? Por outro lado, nunca vi uma revolução que se desenvolvesse sem o apoio dos militares ou de uma força militar. Veja Cuba. Como Castro não dispunha de um exército teve que fazê-lo. E nós, que dispomos de um exército já estruturado, devemos ignorá-lo? Acredite-me, sem armas não se consegue nada.

**O.F. — E, se os militares desobedirem que não gostam tanto de si como você deles, Cunhal? E, se transformassem Portugal num Perú?**

A.C. — Não, não creio; Perú não.

**O.F. — Suponhamos que sucede.**

A.C. — Bem, então direi: excludo que exista em Portugal uma força política capaz de sobreviver sem o Partido Comunista. Ou melhor, ainda: sem os comunistas, a revolução é impossível. E não o digo como chantagem, afirmo-o para demonstrar que estamos conscientes de ser insubstituíveis. Além do mais, os militares também o sabem e não creiam que possam avançar sem nós. Nem hoje nem amanhã.

**O.F. — Inclusive para transformar, eventualmente, Portugal num Perú, quer dizer numa ditadura militar de esquerda? Tão completa é a vossa identidade de opiniões?**

A.C. — Nem por sonhos. Já lhe disse que o M.F.A. é um movimento autónomo, com a sua política ética, e educação próprias. O M.F.A. não é comunista nem socialista. É o M.F.A. I Trata-se de revolucionários diferentes dos tradicionais. Na realidade, ideologicamente, têm correntes distintas. Matizes diversos. Mas, é inevitável que nós os comunistas estejamos de acordo com eles, porque os seus objectivos são os nossos. E de esses objectivos é o poder político constituído por um elemento popular e por um elemento militar. Quem, senão os operários comunistas as massas comunistas, esteve ao lado dos militares desde o 25 de Abril? As forças democráticas, os socialistas, juntaram-se a eles no último momento. Apenas desfraldaram as suas bandeiras depois da vitória deles.

**O.F. — Não obstante, há também militares que não têm simpatias por vocês. Refiro-me aos maioistas, que se declaram fartos da influência exercida pelo P.C.P. no Conselho da Revolução e no M.F.A.**

A.C. — Há certamente militares maioistas ocultos no Exército e sabe-se que actuam contra nós, uma vez que são guiados pelas forças reaccionárias. É universal esta orientação dos grupos maioistas, igual em todo o mundo. O seu inimigo não é a classe média, não é o capitalismo; na realidade, procedem da classe média e mesmo do capitalismo. O seu inimigo é o Partido Comunista. Os maioistas portugueses são como os maioistas italianos, franceses, italianos ou alemães: marionetes da reacção contra o Partido Comunista. E, representam um perigo, sem dúvida. Mas não têm qualquer possibilidade de apoderar-se do poder. A única coisa que

podem fazer é tentar divisões, suscitar provocações, como esta noite, quando se puseram a gritar que nos campos de prisioneiros políticos havia comunistas que tinham conspirado com os fascistas.

**O.F. — Campos de prisioneiros? Caramba! Não bastam os cárceres? Quantos detidos políticos há hoje em Portugal?**

A.C. — Não sei. De qualquer forma, não muitos, não os que deveria haver. Poém-nos em liberdade com demasiada facilidade. Detêm-nos e logo na manhã seguinte poém-nos na rua. Por vezes, esses militares são demasiado amáveis. E, não obstante, fizeram uma revolução.

**O.F. — Ouça, Cunhal, aqui não se faz mais nada que falar de revolução. Que revolução? As revoluções produzem-se quando participa o Povo. O 25 de Abril foi um golpe de Estado, não uma revolução.**

A.C. — Nada disso! E se considero o M.F.A. como um grupo de conspiradores que um dia se reuniram para dar um golpe não compreendo nada do que aconteceu em Portugal. Não foi um golpe; nós os comunistas declaramo-lo imediatamente. Foi um movimento de forças democráticas no seio do Exército, com reuniões de 400 oficiais de cada vez, que discutiam o modo de mudar o regime. Não devia dizer reuniões mas antes assembleias. E não me pergunta onde estava o povo durante essas assembleias, dir-lhe-ei que o M.F.A. não se teria formado se o povo não tivesse já iniciado a luta. Os oficiais progressistas não caíram do céu, não nasceram espontaneamente, como os cogumelos depois da chuva e do sol. Mas para a convencer devo fazer a minha própria análise.

**O.F. — Por favor, não se incomode.**

A.C. — Não incomodo nada. Veja. Os últimos anos foram difíceis mesmo para os grupos capitalistas dominantes. A guerra colonial absorvia 43 por cento dos recursos nacionais e esses grupos davam-se conta de que era inútil prosseguir. Além disso, afastava-os da Europa e impedia a sua expansão económica. Era preciso que Caetano revísse a sua política internacional e liberalizasse o regime, repetiam com inquietação. Tal inquietação encontrou eco em Spínola e outros generais. Spínola era inteligente, estava preparado e dispunha de uma corrente que lhe era favorável. Mas existia também uma segunda corrente dentro do Exército: a dos militares progressistas. Temos de conhecê-lo. Os homens preparados eram poucos. As células comunistas, por exemplo, existiam entre os soldados, mas raramente entre oficiais. E o Movimento formou-se mais como movimento de casta do que como movimento democrático. Assim, os oficiais começaram a reunir-se para discutir os seus problemas de carreira. As discussões prolongaram-se e os militares adquiriram maturidade graças a elas. E quando as duas correntes, a de Spínola que desejava a liberalização do regime, e a dos oficiais progressistas que queriam muito mais, se encontraram juntas no dia 25 de Abril...

**O.F. — ... Chegou Cunhal e ganhou a simpatia dos oficiais progressistas. Muito oportuno.**

A.C. — Não foi exactamente assim. Os comunistas não tinham contactos antes do 25 de Abril. Esperávamos algo, mas não prevíamos nada de concreto porque não dispúnhamos de uma força dentro do Exército. Não. Tão pouco se pode dizer que tínhamos muitos simpatizantes. De facto, o chefe previsto era Costa Gomes, um moderado.

Spínola ocupou o posto de Costa Gomes porque foi Spínola quem negociou com Caetano e este declarou que só se renderia na condição de ser Spínola o novo chefe. Mas não é isto o que quero explicar-lhe, antes o dado de facto de que foi o Exército quem derrubou a ditadura fascista mas que quem imprimiu a dinâmica revolucionária foi o povo. Na realidade foi o povo que assaltou os postos de polícia e libertou os presos políticos. Posso demonstrá-lo, porque tenho fotos desses acontecimentos.

**O.F. — Quando regressou a Portugal, Cunhal?**

A.C. — Não sei, não me recordo.

**O.F. — Vamos, faça um esforço. Tente.**

A.C. — Devia ter sido a 29 ou talvez a 30. Sim, a véspera do 1.º de Maio. Mas já cá tinha estado muitas vezes, clandestinamente. O governo fascista jamais conseguiu impedir-me de o fazer. Não estava no estrangeiro por desejo de Caetano, mas sim porque o meu partido o queria. E passava a fronteira sempre que queria, como tantos outros comunistas. Desde 1940 a 1974, os "saltos" clandestinos foram contínuos e só tivemos uma baixa. Portanto, a minha entrada nas vésperas do 1.º de Maio deve considerar-se como o meu primeiro ingresso com passaporte regular.

**O.F. — E como é que necessitou de quatro dias para chegar? Onde veio?**

A.C. — De Paris, mas não lhe direi onde estava antes de chegar a Paris.

**O.F. — Não importa. Eu sei. Estava em Praga.**

A.C. — Não estava em Praga, mas não lhe direi onde estava. A vocês jornalistas agrada-lhes muito o mistério, mas isso também nos agrada a nós comunistas. A diferença está em que vocês sentem prazer em descobrir coisas, ao passo que nós gostamos de ocultá-las. É uma maneira de manter vivo o interesse por nós.

**O.F. — Assegure-lhe que o interesse por vocês se deve a algo muito diferente.**

A.C. — De qualquer forma, nunca vivi em Praga. Jamais. Estive ali muitas vezes, mas sempre em visitas breves. Não para viver.

**O.F. — Sei que vivia em Moscovo.**

A.C. — Se procede por exclusão de partes, depressa estará na Lua, porque eu continuo a responder, não, não, e não. Que mais sabe de mim?

**O.F. — Coisas sem importância; que casou com uma parente de Kruschev.**

A.C. — Ah! Interessante. Não estava informado.

**O.F. — Pois agora passa a estar. Foi professor de Mário Soares, seu professor de filosofia...**

A.C. — Nunca me licenciou em Filosofia. Tenho apenas a licenciatura em Direito, que obtive quando estava na prisão, mas nunca a utilizei, pois fui sempre revolucionário profissional. "Le revolutionnaire professionnel". E nunca fui professor de Mário Soares. Caso contrário, teria sido um péssimo mestre... Trabalhei no colégio do pai de Soares, não como professor mas como prefeito. Tocava a campanha no início e no fim das aulas, acompanhava os rapazes ao refeitório e ao recreio. E falávamos, naturalmente, mas não necessariamente de política. Digamos que falávamos de moral, de comportamento moral. O pai de Soares foi muito generoso, e, também, muito valente, oferecendo-me um emprego embora soubesse que eu era comunista, e que, por isso, já tinha estado na prisão. Foi,

porem, ainda mais valente quando me propôs que eu desse um curso de Cosmografia e Astronomia aos alunos do 7.º ano. Eu estava bastante preparado nestas matérias e... Que sabe mais de mim?

**O.F. — Que recentemente o privaram do cargo de secretário-geral do P.C.P. Deram-lhe o cargo honorífico, mas vazio, de presidente.**

A.C. — O quê? Como? Quem disse isso? Essa é boa! E que foi que me derrubou da direcção e quem me deu a presidência? E porquê? Porque sou demasiado velho?

**O.F. — Não, não; porque é demasiado autoritário. Debaixado estalinista. Porque fecha os diários dos socialistas e arranja montes de problemas aos comunistas dos outros países. Porque acabará sabotando as manobras da União Soviética e destruindo o acordo entre Brezhnev e Kissinger sobre Portugal.**

A.C. — Está a brincar comigo.

**O.F. — Não, falo a sério. Toda a gente diz que você tem os dias contados como líder comunista.**

A.C. — Seria a União Soviética que já não me quer? Quem lhe disse isso?

**O.F. — Kissinger em pessoa. E foi-me confirmado por Brezhnev.**

A.C. — Ah!

**O.F. — Preguei-lhe um bom susto, não é verdade?**

A.C. — A mim? Imagine-se! Pode dizer ao próprio Brezhnev que de momento não se fala nisso. Para nada! Demasiado estalinista, há? Teremos de ver o que é que se entende por estalinista. No Comité Central tenho só um voto, e no meu partido ninguém hesita em divulgar as suas opiniões. Porquê comparar-me com aquele desgraçado período do comunismo soviético. Se pretendo dizer que sou dogmático, respondo que nunca acreditei em soluções preparadas, que nunca andei com manuais no bolso. Por exemplo, um regime onde o poder popular fosse partilhado com os militares não estava previsto nos manuais. E, sem hesitação, aceitei tal facto. Na verdade, sou o primeiro a compreender que a realidade é mais rica que todas as teorias. E, se se pretende dizer que sou ortodoxo, respondo: no P.C.P. somos comunistas, não social-democratas. Somos revolucionários, não reformistas.

**O.F. — Sim, mas as revoluções fazem-se para que as pessoas vivam melhor. E não me parece que seja esse o caso de Portugal.**

A.C. — De acordo. Depois das nacionalizações a nossa economia encontra-se em situação desastrosa. Mas, perante a amarga realidade, raciocino como um revolucionário, e tenho a coragem de me opor às greves, às reivindicações excessivas, de repetir, que é preciso não cair na demagogia, na esteira de quem promete mais. Esta manhã tive uma conversa com os representantes do pessoal de hotelaria. Disse-lhes: "Pensem que pedir continuamente aumentos de salário resolve os vossos problemas? Talvez se resolvam de momento. E, amanhã? Amanhã não teréis turistas, que já não vêm este ano, e os hotéis acabarão por fechar. Há que pedir menos e trabalhar mais."

**O.F. — Se os Sindicatos italianos o ouvissent!**

A.C. — E que me importam a mim os sindicatos italianos? A verdade é a verdade, e a demagogia é a demagogia. Se não nos ajudarmos a nós próprios, ninguém nos ajuda.

**O.F. — Soares diz: vem mesmo a União Soviética.**

A.C. — E a mim que me importa o que diz Soares? Ele também diz

Continua na pág. seguinte

## ORIANA FALLACI PÔE "CUNHAL A NU"

Cont. da página 7

O.F. — A segunda pergunta refere-se ao Pacto de Varsóvia. É verdade que você aprovou a inique existe um imperialismo soviético.

O.F. — É verdade.

A.C. — Um dia destes serei eu a entrevistá-la sobre o imperialismo soviético.

O.F. — E quem publicaria tal entrevista em Portugal?

A.C. — Tem razão. E, além disso, a União Soviética nomear-me-ia de facto presidente do P.C.P. Mais perguntas?

O.F. — Só duas. A primeira é esta: quanto à NATO?

A.C. — Há dias encontrei-me com o embaixador americano que esteve aqui antes de Carlucci. Estava com alguns ingleses e todos me perguntaram: "Como é possível? Vocês, os comunistas portugueses, apoiam a NATO e querem permanecer nela?" E eu respondi: "Quem lhes disse que nós apoiamos e queremos lá continuar? Nós afirmamos, sensatamente, que por agora não queremos discutir o problema, que se inclui num quadro mais vasto: paz mundial, Pacto de Varsóvia, colaboração entre os povos com regimes políticos diferentes. Um dia o discutiremos. Não temos pressa. De momento, estar na NATO não nos causa nenhum problema".

tervenção soviética na Checoslováquia?

A.C. — Quer acabar assim, não é verdade?

O.F. — Lamento parecer-lhe brutal.

A.C. — Porquê brutal? É absolutamente certo que aprovei e apoiei a intervenção soviética na Checoslováquia, os chamados tanques em Praga. E não é nenhuma vergonha admiti-lo. Na pior das hipóteses, e em algumas ocasiões, é inoportuno. Mas foi essa a minha decisão, a nossa decisão, e tínhamos razão. Em todos os sentidos: político, histórico, cultural. E não me importam nada as interpretações que façam de tal facto. E agradeça-lhe que nesta entrevista sublinhasse bem esse ponto. E também um outro. Repito e concluo: Portugal não será um país com liberdades democráticas e monopólis. Não será um companheiro de viagem das suas democracias burguesas. Porque não o permitiremos. Talvez venhamos a ter de novo um Portugal fascista. É um risco que há que correr, ainda que eu não creia nele, porque não acredito num golpe fascista: nós os comunistas estamos na disposição de evitar graças à nossa aliança com os militares. Mas, e isto é certo, jamais teremos um Portugal social-democrata. Nunca. Deixe isso bem claro.

O.F. — Esteja tranqüilo, Cunhal. Deixá-lo-ei.

# AS TRÊS FALSIDADES

Cont. da página 1

ANI é demasiado orientado e oportuno na linha do partido de Álvaro Cunhal para ser obra do acaso ou do deslize de redactores mais comprometidos...

Poder-se-á considerar livre um jornal onde redactores, membros do P.C.P., outrora vítimas da censura fascista, se tornaram eles próprios censores, mutilando grosseiramente o texto de outros jornalistas? Será livre um diário cuja Redacção é chefiada por um membro do Partido Comunista e na qual há jornalistas marginalizados só porque não obedeceram a ordens superiores para distorcer notícias e deformar o relato dos factos?

E que dizer de um jornal nacionalizado onde se cortam ou se omitem as passagens de telegramas não favoráveis à União Soviética?

E se dúvidas houvesse acerca da falsidade da afirmação de Álvaro Cunhal, bastaria o Plano de Acção do Conselho da Revolução para a desmentir. Com efeito, depois de preconizar a "transformação de um ou mais jornais diários, já actualmente pertencentes virtualmente ao Estado, em órgãos oficio-

sos, cujo noticiário e doutrina naturalmente reflectam as posições do M.F.A., o comunicado acrescenta: "Espera-se que, com essa medida, o povo português passe a dispôr de órgãos de Imprensa diária incontroversos, sem quaisquer obediências ou conotações e políticas partidárias". Quem é, então, sr. dr. Álvaro Cunhal, senão o P.C.P., que actualmente submete os órgãos pertencentes virtualmente ao Estado a "obediência, conotações e políticas partidárias"? E sendo assim, como é que a Imprensa em Portugal é plenamente livre? Ou do incenso que tem queimado, da bajulação de que tem abusado (e de que a entrevista a Oriana Fallaci é um pequeno exemplo) irá agora o secretário-geral do P.C. desmentir os militares e o órgão máximo da revolução portuguesa?

2.º — "Certamente, se os operários consideram que um director ou uma redacção são contrarrevolucionários, têm o pleno direito de impedir que permaneçam nos seus postos".

Contra-revolucionários são sr. dr. Álvaro Cunhal e o seu apauiguado e não o director e a redacção da "República". É e assim porque a pseudorevolução que eles nos pretendem impingir e impôr, não corresponde à vontade do Povo português! Conhecemos demasiado as artimanhas, o peso e a força obscurantista de uma máquina estatal, os efeitos da ditadura de um grupo e de uma organização partidária sobre um povo, para não querermos o "comunismo à russa".

Não lutámos mais de 40 anos contra um regime caracterizado pela repressão, pela propaganda, por um espírito apertado e envelhecido, para querermos agora voltar à estreiteza dos dogmas, dos chefes infalíveis e incontestados, das verdades oficiais. Não ridicularizámos a bota de elástico de um ditador português, para que nos queiram apresentar agora, como dirigentes ideais, políticos que usam ainda chapéu de "aba revirada"...

No histórico 25 de Abril, os militares ofereceram-nos muito mais do que o campo estreito para onde Álvaro Cunhal nos quer atirar. Devolveram-nos a liberdade. Prometeram-nos uma Revolução na qual o Povo é verdadeiramente a força, o motor de autênticas transformações económicas e sociais — e não a montagem de degraus para o aparelho do P.C. se instalar e dominar — quando não conter e prejudicar — a acção dos trabalhadores portugueses.

E a revolução do Povo português que os jornalistas da "República" têm servido e querem continuar a servir. Fazendo-o, eles são autênticos revolucionários, embora elementos incómodos para os donos e defensores da "ditadura do P.C.P."

3.º — "Na realidade, os operários rebelaram-se porque "República" não fazia mais do que ataques contra o Partido Comunista, calúnias contra o Partido Comunista, críticas à revolução."

Álvaro Cunhal insiste ainda, aqui, na falsidade. Mas a sua afirmação tem o mérito de pôr o dedo na ferida que nos não temamos cansado de apontar: a tentativa de assalto ao "República" foi o "castigo"

pela nossa coragem em denunciar actos contrarrevolucionários do P.C. e atentados ao respeito devido à pessoa dos trabalhadores e à acção por eles livremente desencadeada.

E verdade que fomos os primeiros a publicar (e com grande relevo) o vergonhoso plano de saneamento de trabalhadores da Radiotelevisão, da autoria de um membro da célula do P.C.P. daquela estação oficial, autoria que o mesmo veio a reconhecer mais tarde, em assembleia de trabalhadores da empresa. É verdade que transcrevemos, na primeira página, e com um título objectivo, passagens substanciais da entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho ao "Jornal", na qual o comandante da COPCON confirmou terem membros do P.C.P. prendido militantes do M.R.P.P. É verdade que denunciámos a acção de dirigentes ao serviço do P.C., tendente (e com resultado positivo em diversos casos) a pôr na rua funcionários de determinados sindicatos por aqueles controlados e que não são membros do P.C. ou têm "ousado" manifestar a sua discordância pela acção partidária e tendenciosa ali realizada.

A falsidade de Álvaro Cunhal consiste em falar dos trabalhadores da "República". Não foram os trabalhadores — e ele sabe-o bem — que se rebelaram. Foi um pequeno grupo, fiel a um plano bem urdido, que dirigiu o assalto ao jornal de Raul Rego. E nesse pequeno grupo, pontificavam militantes e pessoas da confiança do Partido Comunista!

Confessamos o "crime" de ter criticado aspectos e homens da Revolução! Mas confessamos também a decisão de seguir nessa "falta", por muito que custe ao sr. Álvaro Cunhal. A crítica — desde que honesta e responsável — temo-la por útil ao próprio processo revolucionário. Por isso mesmo é que não podemos deixar de lamentar a situação de subversão a que estão submetidos os jornalistas soviéticos. O seu estatuto não queremos que seja o nosso estatuto.

A diferença substancial relativamente ao que se passara em outros órgãos da comunicação social — e aqui denunciámos a grosseira previsão do secretário-geral do P.C. — é que o empalmo, desta vez, não foi fácil. Os submissos de Álvaro Cunhal encontraram pela frente mulheres e homens dispostos a lutar. Sem hesitações. Com energia e determinação.

Álvaro Cunhal responde a Oriana Fallaci como se o caso "República" fosse questão arrumada, vitória no papo. Admitimos, porém, que se tenha enganado. O triunfalismo que revela ao longo de toda a conversa com a jornalista, ter-lhe-á feito perder o bom-senso, o equilíbrio, a contenção da palavra que são características dos grandes políticos. Ele lá sabia os trunfos com que contava. Nós esperamos que se cumpram — e integralmente — os termos do comunicado do Conselho da Revolução. Temos esperado, confiantes no sentido da justiça e da legalidade revolucionária. E quanto mais esperamos, mais se robustece a nossa vontade e a nossa determinação.

## "REPÚBLICA" EM PARIS

N.º 375 prix: 1,20 F.

LUNDI 23 JUIN 1975 - 2<sup>e</sup> ANNÉE

DIRECTEUR: PHILIPPE TESSON

107, AVENUE PARMENTIER, 75011 PARIS. TELEPHONE: 362-70-90

le  
**QUOTIDIEN**  
 de paris  
 publie **República**

JOURNAL D'INFORMATIONS POLITIQUES ET CULTURELLES

"República" em França, logo a seguir ao cabeçalho de «Le Quotidien de Paris»

Quatro páginas na segunda-feira e uma página todas as manhãs até sábado, tal será a edição francesa de "República", de novo publicado quotidianamente, graças à solidariedade da Imprensa livre.

Com efeito, "Quotidien de Paris", jornal de esquerda, no qual trabalha uma boa parte da redacção do ex-"Combat", decidiu dar a palavra aos jornalistas em luta de "República".

O director do jornal veio a Lisboa, na semana passada, recolher os textos e os artigos que a actual situação do jornal impedia de publicar. Na verdade, o sucedido com a "Gazeta do Sul" levava a pensar que seria muito difícil en-

contrar outra tipografia. Felizmente, resta ainda em Portugal suficiente espírito de luta pela liberdade de expressão para que tenhamos podido trazer ao público o número 7 do "Jornal do Caso República". Apesar de tudo...

Não é, felizmente, raro ver e ouvir pessoas gritar a sua total dedicação à causa da liberdade de informação. E ainda bem que é assim. Mas é menos frequente ver essas mesmas pessoas decidir-se a encontrar os meios de luta para salvaguardar essa liberdade fundamental. Por isso mesmo, somos levados a redobrar a nossa admiração e apreço pela coragem e preocupação de coerência dos nossos colegas franceses.

Enquanto a situação se não encontra completamente esclarecida e resolvida, de modo a que não seja possível a ninguém considerar o caso "República" como um simples conflito de trabalho (segundo a expressão de Georges Séguy) e de vê-lo de maneira objectiva e específica,

fora do contexto político português, é útil e desejável que os protagonistas desta história possam dizer claramente o que pensam dos acontecimentos, tal como os vão vivendo.

Se isso permite que uma luz mais forte esclareça o que se passa aqui hoje, tanto melhor. Se isso permitiu a abertura, noutro país, do debate acerca da liberdade, melhor ainda.

Se isso permite também que se compreenda mais claramente o peso real, para o socialismo europeu, da experiência revolucionária portuguesa, tanto mais valioso!

E se a solidariedade internacional que se desenvolve à volta da nossa luta, pode acelerar a vitória, demonstrando que a transição para o socialismo no respeito pela legalidade revolucionária é possível, o nosso agradecimento é, por isso mesmo, ainda mais acentuado. Ele é, ou será brevemente, o agradecimento da grande maioria do Povo português.

"JORNAL DO CASO REPÚBLICA"

Proprietário: Gustavo Soromenho  
 Redacção e Administração:  
 Rua da Emenda, 13, 3.º — Lisboa-2  
 Composto e impresso por:  
 Peres - Artes Gráficas — V. Nova